

EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº. **001/2020 - URBANA**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO MURO QUE ABRANGE PARTE DA AREA LOCALIZADA NA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE CIDADE NOVA, NESTA CAPITAL, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BASICO E SEUS ANEXOS.

ABERTURA: 25 DE MAIO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: CIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL - URBANA, RUA DR. MÁRIO NEGÓCIO, 2389, QUINTAS • NATAL/RN

PROCESSO: 20190653634

FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIO

EDITAL LICITAÇÃO Nº 001/2020 – CPL/URBANA

A Companhia de Serviços Urbanos de Natal, torna público a abertura do procedimento licitatório a ser realizado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, que usando da competência delegada pela Portaria nº. 003/2019, de 10 de janeiro de 2019, licitação tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO, MODO DE DISPUTA FECHADO E PRESENCIAL**, a ser realizada em sessão pública na sala da Comissão Permanente de Licitações, às 09:00 horas do dia 25 de MAIO de 2020, para contratação de empresa de engenharia especializada para executar os serviços, objeto desta licitação, em conformidade com o que consta no processo nº 20190653634, baseada nos termos da Lei Federal 13.303/2016, na Lei Complementar Federal nº 123/06, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Urbana – RILC/URBANA, publicado no Diário Oficial do Município de Natal em 04/12/2019 e pelas disposições deste Edital.

Este Edital está disponível aos interessados no endereço do rodapé abaixo ou via e-mail com solicitação realizada através do seguinte endereço eletrônico: cplurbana@gmail.com ou pelo endereço: <https://natal.rn.gov.br/urbana/paginas/ctd-1266.html>

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa de engenharia para obra de construção do muro, que abrange parte da área localizada na estação de transbordo de cidade nova, nesta capital, em conformidade com o projeto básico e seus anexos. Anexo I deste Edital.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA RESUMIDA

2.1- Edificação de muro em alvenaria, com 290 (duzentos e noventa) metros de comprimento e 2 (dois) metros de altura, que abrange a área administrativa da estação de transbordo.

2.2 - O prazo de execução dos serviços será de até 60 dias a contar da data da de emissão da ordem de serviço.

2.3 - O valor estimado para esta licitação é público, nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016, correspondendo ao valor de **R\$ 110.749,82 (cento e dez mil setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos)**.

3. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 - O regime de execução do objeto será de **EMPREITADA GLOBAL**, conforme art 43. Da Lei 13.303/16, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

4. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 - As condições de prestação do serviço estão estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital, sendo o prazo de execução dos serviços de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento, pelo CONTRATADO, da Ordem Inicial de Serviços, expedida pela Companhia de Serviços Urbanos de Natal.

5. VISITA TÉCNICA

5.1 - A visita técnica é **OBRIGATORIA** para o conhecimento e conferência dos serviços a serem executados, devendo ser efetivada dentro do prazo máximo de 72hs (setenta e duas horas) antes da data da seção pública, deverá o profissional técnico, representante da licitante, devidamente credenciado, assinar atestado de visita técnica de conhecimento da área.

5.2 - Para realização da visita técnica deverá seguir os seguintes procedimentos:

5.2.1 - Agendamento através do e-mail cplurbana@gmail.com, na sede da Companhia, de segunda a sexta nos horários de 07h às 13h.

5.3 - Credenciamento do representante da licitante, no dia marcado para a visita, através da apresentação de procuração da qual constem os necessários poderes para a visita técnica, acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida em cartório competente. O representante legal deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

5.4 - A visita será atestada pelo responsável legal da licitante, devidamente credenciado, juntamente com profissional indicado pelo Diretor de Planejamento e Gestão Ambiental, conforme modelo do Anexo V.

6. GENERALIDADES

6.1 - A Comissão Permanente de Licitação - CPL permanecerá à disposição dos interessados, para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar informações, das 07:00 às 13:00 horas no endereço: Rua Dr. Mário Negócio, 2389, Quintas, Natal/RN, Fone (84) 3232-8774,

CNPJ: 08.498.701/0001-04

email: cplurbana@gmail.com, informando, também, que as dúvidas sobre o edital poderão ser feitas, preferencialmente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a abertura da licitação, mediante provocação por escrito.

6.2 - Os questionamentos encaminhados por e-mail deverão estar em arquivo editável (.doc, .xls, .odt, etc.), e após respondidos serão disponibilizados a todos os interessados via email e publicados no Diário Oficial do Município de Natal.

6.3 - A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

6.4 - Caso a data prevista para realização da presente licitação seja declarada feriado ou ponto facultativo, não havendo retificação da convocação, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

6.5 - Constituem como parte integrante e complementar, do presente Edital, os elementos a seguir relacionados:

- ANEXO I – PROJETO BÁSICO
- ANEXO II – PLANTA DE SITUAÇÃO E DETALHAMENTO (ANEXO 01 PB)
- ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO
- ANEXO IV – ESTUDOS DE SONDAGEM E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
- ANEXO V – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
- ANEXO VI – PLANILHA ORÇAMENTARIA ESTIMATIVA DE PREÇOS UNITÁRIOS
- ANEXO VII- CRONOGRAMA FISICO- FINANCEIRO
- ANEXO VIII – COMPOSIÇÃO DE BDI
- ANEXO IX – MEMORIA DE CALCULO DOS QUANTITATIVOS
- ANEXO X - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
- ANEXO XI - MODELOS DE DOCUMENTOS
- ANEXO XII - MINUTA DO CONTRATO;
- ANEXO XIII- MATRIZ DE RISCO;

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1 - Poderá participar desta licitação qualquer empresa, legalmente estabelecida no país, especializada no ramo do objeto deste Edital, desde que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento.

CNPJ: 08.498.701/0001-04

7.2 - Nos termos do Art. 38, Lei Federal nº 13.303/16, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- II. Suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- III. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Aplica-se a vedação prevista no item anterior:

- I. À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a. Dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
 - b. Empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c. Autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.
- III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

7.3 - O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legível. De toda documentação apresentada em fotocópia poderá ser solicitado o original para conferência.

7.4 - Os interessados poderão solicitar em tempo hábil, quaisquer esclarecimentos e informações, por meio de comunicação ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações por carta ou e-mail, no endereço da URBANA indicado no “Aviso de Licitação”, até o 2º (segundo) dia útil antes da data estabelecida para a entrega das Propostas.

8. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8.1 - O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto a CPL, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para interpor recursos e apresentação de propostas. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

8.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para formular verbalmente lances, negociar preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida em cartório competente.

8.3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

8.4 - Estes documentos deverão ser apresentados - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelos membros da CPL.

CNPJ: 08.498.701/0001-04

8.5 - A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, a CPL receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

8.6 - No caso de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), apresentar no momento de abertura da sessão pública, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

- I. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, se for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação deverá ser feita através da apresentação dos seguintes documentos:
- II. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, devidamente atualizada, comprovando a categoria registrada, ou;
- III. Documento de pesquisa de que é optante pelo Simples Nacional, obtido no portal da Receita Federal no endereço www.receita.fazenda.gov.br, ou; 03.06.05.1.3. Qualquer outro registro de cadastro oficial.

8.7 - A ausência da referida declaração ou certidão simplificada não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei Complementar 123/06.

8.8 - Os proponentes que desejarem participar deste certame deverão entregar à Comissão Permanente de Licitações dois envelopes fechados indicando, respectivamente, ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL.

8.9 - A documentação e a proposta comercial deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações/URBANA, em envelopes distintos e fechados, no local, data e horários mencionados no Aviso de Licitações e no preâmbulo deste Edital, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas, trazendo, em sua parte externa e frontal, além da razão social da proponente, CNPJ, os dizeres:

ENVELOPE Nº 01
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 001/2020 - URBANA
RAZÃO SOCIAL e CNPJ
TELEFONES FIXO E CELULAR, FAX E E-MAIL

ENVELOPE Nº 02
PROPOSTA COMERCIAL
LICITAÇÃO N.º 001/2020 - URBANA
RAZÃO SOCIAL e CNPJ
TELEFONES FIXO E CELULAR, FAX E E-MAIL

8.10 - Todos os volumes deverão ser entregues em pastas, com dois furos equivalentes ao de “grampo para pasta”, com todas as folhas carimbadas, assinadas e rubricadas por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo, numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um Termo de Encerramento, declarando, obrigatoriamente, o nº de documentos que o compõem, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, o nome do licitante, o número do Edital, o objeto do serviço em licitação.

8.11 - O licitante deverá apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

8.12 - A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

8.13 - Não poderão participar os interessados que se enquadrem nas situações previstas no item nº 7 deste edital.

8.14 - Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Proposta de Preços e Documentação via postal - com Aviso de Recebimento AR, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço indicado no preâmbulo. É de inteira responsabilidade do licitante interessado danos decorrentes de eventuais extravios de documentos encaminhados por via Postal

8.15 - Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

8.16 - Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto a CPL, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, ficará subentendido que o licitante abdicou da fase de lances verbais.

9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 - Para a habilitação dos interessados na licitação exigir-se-ão, exclusivamente, documentos relativos a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, bem como a declaração de não-realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

9.2 . DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - A documentação relativa a habilitação jurídica consistirá em:

- I. Cédula de identidade do representante(s) legal(is);
- II. Registro comercial, no caso de empresário individual; no caso de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis; em se tratando de sociedade simples, ato constitutivo averbado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
 - a. Em se tratando de sociedades por ações, é imprescindível a documentação de eleição dos seus administradores;
- III. Decreto de autorização, no caso de empresário individual ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- IV. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- V. Procuração pública ou particular passada pela licitante, assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas, inclusive poderes para recorrer e renunciar a interposição de recursos administrativos. É necessário o reconhecimento de firma no caso de instrumento particular. A falta do documento previsto neste item não inabilita a licitante, ficando, porém, impedido o representante não credenciado de qualquer interferência no processo licitatório;

9.3 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- III. Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), que poderá ser demonstrada pela Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, desde que no corpo da CND conste expressamente esta condição.
- V. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VI. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VII. Prova de regularidade para com a Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1 - Para fins de Qualificação Técnica a licitante deverá apresentar:

9.4.1.1 - **Quanto à capacitação técnico-operacional:** apresentação de um ou mais atestados ou de declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, relativamente aos serviços identificados como relevantes técnica ou economicamente, observando-se os quantitativos previstos no Termo de Referência.

- I. As licitantes, quando solicitado, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- II. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

CNPJ: 08.498.701/0001-04

- III. No documento acima, deverá estar identificada a sua competência para o exercício de atividades obrigatoriamente na área de Engenharia Civil.
- IV. No caso do licitante vencedor ter a sua sede fora do Estado deverá providenciar também, após assinatura do Contrato, o registro de inscrição no CREA/RN e cumprir demais formalidades que este órgão solicitar, sem as quais a URBANA não autorizará o contratado a executar quaisquer serviços
- V. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

9.4.2 - A CPL poderá verificar a autenticidade dos documentos, quando entender necessário, ensejando a inabilitação da empresa no caso de não se confirmar a autenticidade ou diante de hipótese que inviabilize a verificação

9.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

- I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da Justiça do domicílio da sede da empresa, com data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas;
- II. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - a. Para as empresas que não são obrigadas a apresentar as demonstrações contábeis pelo SPED, deve ser anexada à documentação econômico-financeira do licitante documento que comprove tal situação.
 - b. A exigência do item anterior não se aplica às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- III. Apresentar os cálculos dos seguintes índices, para avaliação da boa situação financeira da empresa: Índices de Liquidez Geral – LG (não inferior a 1,0), Solvência Geral – SG (maior ou igual a 1,0) e Liquidez Corrente – LC (não inferior a 1,0), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- a. As empresas que não tenham concluído seu primeiro exercício social poderão apresentar balancetes, certificados por auditor independente, acompanhado do balanço de abertura.

- IV. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a URBANA se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes.

9.6- DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

9.6.1.- Declaração firmada pelos licitantes relativa ao cumprimento do disposto, conforme modelo apresentado no **ANEXO XI**.

9.6.2 - Declaração firmada pelo licitante, assinada por representante legal, se desejar usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo apresentado.

9.7 Para o exercício do direito de preferência de que trata a Lei Complementar nº 123/06, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

9.7.1 Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, devidamente atualizada, comprovando a categoria registrada, ou

9.7.2 Documento de pesquisa de que é optante pelo Simples Nacional, obtido no portal da Receita Federal no endereço www.receita.fazenda.gov.br, ou;

9.7.3 Qualquer outro registro de cadastro oficial.

9.7.4 Nas certidões que não estiverem especificados os prazos de validade serão aceitas com 30 (trinta) dias a partir da sua data de expedição.

10 - DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1 - No ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter, sob pena de não ser levado em consideração, a Proposta Comercial, elaborada em Língua Portuguesa, apresentada preferencialmente em papel tamanho A-4, datilografada ou impressa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa onde conste o nome e endereço da proponente, com todos os seus documentos datados, assinados na última folha e rubricados nas demais pela pessoa com competência para a sua assinatura, constituída dos seguintes elementos:

10.2 - Carta de Apresentação da Proposta de acordo com o modelo apresentado no ANEXO X.

10.3 - Planilha Orçamentária Detalhada, onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço global da obra.

10.4 - Composição do BDI utilizado para a composição dos seus preços.

10.5 - Cronograma Físico-Financeiro detalhado dos serviços propostos;

10.6 - Os quantitativos dos serviços deverão ser os mesmos da planilha de quantitativos estimados pela URBANA.

10.7 - Se identificadas divergências nestes quantitativos, estas deverão ser questionadas formalmente à Comissão até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a abertura desta licitação.

10.8 - As planilhas com quantitativos fornecidos pela URBANA terão efeito apenas para comparação com aquelas apresentadas pela licitante, parte integrante de sua proposta, sendo de inteira responsabilidade da licitante o levantamento real de preços e suas composições;

10.9 - Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

10.10 - Caso tais tributos constem no BDI ou planilha de custo direto da licitante, seus percentuais serão retirados pela comissão de licitação e será recalculada a proposta.

10.11 - No cálculo dos preços propostos, unitários e total, deverá ser desprezada a terceira casa decimal, em cada operação aritmética.

10.12 - Os preços constantes do orçamento fornecido incluem todos os custos de transportes, carga e descarga, despesas de execução, mão de obra, leis sociais, tributos, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços.

10.13 - A proposta permanecerá válida e em condição de aceitação por um período de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura do presente certame;

CNPJ: 08.498.701/0001-04

10.14 - Findo o prazo de validade da proposta, fica o participante liberado dos compromissos assumidos, se assim o desejarem.

10.15 - Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, ou do prazo de validade da garantia de manutenção da proposta, mediante provocação por escrita da URBANA, o licitante deverá prorrogar o prazo de validade, caso deseje continuar participando do certame.

10.16 - Caso o licitante não se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias úteis, será declarado desistente do feito licitatório.

10.17 - Eventuais erros ou irregularidades meramente formais na apresentação da proposta, desde que não comprometa seu conteúdo e seja irrelevante face à isonomia do certame, serão relevados pela comissão julgadora, que procederá a correção de ofício.

10.18 - Em regra, não será admitida a desistência da proposta, após ABERTURA DO ENVELOPE.

10.19 - Excepcionalmente, após o encerramento da ABERTURA DAS PROPOSTAS, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo, devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo pregoeiro.

10.20 - Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem XI acima, a licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas no item 15 deste edital.

10.21 - Após ABERTURA DAS PROPOSTAS, depois de verificada a conformidade entre a proposta e as especificações técnicas solicitadas para o objeto, por parte da área técnica, o pregoeiro poderá REALIZAR, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

10.22 - Caso o lance vencedor esteja com valor acima do estimado para contratação do, a licitante será convocada, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento, a proposta da licitante será recusada pelo pregoeiro, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

11. DO PROCEDIMENTO LICITATORIO

11.1 - Conforme previsto no Art. 51, Lei Federal nº 13.303/16, inicialmente a Comissão Permanente de Licitação – CPL procederá à abertura dos envelopes de propostas dos licitantes, verificando a efetividade das propostas.

11.2 - Nesse procedimento licitatório será adotado o modo de disputa fechado, conforme definido no § 2º, Art. 52, Lei Federal nº 13.303/16, assim procedendo objetivando definir a melhor proposta em conformidade ao Art. 36 do Regulamento Interno de Licitações e

Contratos – RILC de 06 de dezembro de 2019, na qual serão observados os seguintes procedimentos:

11.3 A licitante deverá se apresentar no momento designado para a sessão pública, para credenciamento junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, através de representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente na forma da lei;

11.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da representada, acompanhada da cópia do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, vedada a apresentação de cópia, autenticada ou não;

11.5 Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, será necessária apenas a apresentação da cópia do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente;

11.6 O representante legal da licitante que não se credenciar perante a CPL ficará impedido de representá-la durante a sessão de abertura dos envelopes da proposta de preços e documentos de habilitação relativos a esta licitação, inclusive declarar a intenção de interpor recurso;

11.7 No local, data e hora estabelecidos para a sessão pública, os interessados deverão entregar à CPL, além do credenciamento, os envelopes na forma exigida pelo edital, devidamente lacrados, rubricados no fecho e identificados no anverso, bem como quaisquer outros documentos exigidos;

11.8 Aberta a sessão pública, serão analisados os documentos de habilitação com classificação da empresas em habilita ou inabilitada, cabendo recurso.

11.9 Apresentadas as razões de recurso, a CPL comunicará a todos os licitantes e enviará a cópia do mesmo para o(s) e-mail(s) cadastrados no momento do credenciamento dos representantes, os quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da efetiva comunicação. Serão abertas apenas as propostas de preços das licitantes consideradas habilitadas.

11.10 A hipótese que trata o item anterior poderá ser realizada apenas uma vez;

CNPJ: 08.498.701/0001-04

11.11 A proposta de preços esta ser confeccionada de forma detalhada, em 01 (uma) via, conforme modelo presente no edital da licitação, caso existam, descrevendo os serviços/produtos ofertados, quantidades, bem como os valores unitários e totais em reais, com duas casas decimais, sob pena de desclassificação de sua proposta;

11.12 Aberta a sessão pública, a CPL verificará e ordenará as propostas apresentadas em ordem crescente, examinando a proposta de menor valor;

11.13 Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a CPL examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

11.14 Divulgada a decisão da licitação, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, quando lhe será concedido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, sobre as decisões relativas aos julgamento das propostas e à habilitação, contados a partir da data da lavratura da ata ou da sua publicação no sitio da URBANA.

11.15 Todas as fases do processo admitem recursos, devendo as concorrentes apresentadas as razões de recurso, a CPL comunicará a todos os licitantes e enviará a cópia do mesmo para o(s) e-mail(s) cadastrados no momento do credenciamento dos representantes, os quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da efetiva comunicação. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão da licitação, importará na preclusão do direito de recurso;

11.16 Caso a CPL se posicione pela não reconsideração de decisão, o recurso será apreciado pela autoridade competente, que poderá manter ou reformar a decisão da comissão;

11.17 No caso de reforma da decisão da CPL, a autoridade competente determinará as medidas que julgar cabíveis;

11.18 Julgados os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente da URBANA fará a adjudicação do objeto em favor da licitante declarada vencedora e homologará a licitação.

11.19 É facultado à CPL, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações,

corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

11.20 No caso de empate entre duas ou mais propostas, fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

11.21 - Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

11.22 - Ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar lance de preço inferior àquela detentora da melhor oferta.

b. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos neste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro possa apresentar melhor oferta.

d. Nos demais casos de empate 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate (art. 55).

11.23 - Efetuado o julgamento das propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação com base no artigo 56, incisos I e VI da Lei Federal n.º 10.303/16. - A COMISSÃO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada:

a. A verificação de preço inexecutável, obedecerá aos critérios previstos no § 3º, Art. 56, Lei Federal nº 13.303/2016.

b. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexecutáveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

i. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela URBANA; ou

ii. Do valor do orçamento estimado pela URBANA

11.24 - Constatado o atendimento pleno das exigências fixadas no instrumento convocatório, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item, objeto deste certame, após o transcurso da competente fase recursal, quando for o caso.

CNPJ: 08.498.701/0001-04

11.25 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, a Comissão examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as disposições do instrumento convocatório.

11.26 - As propostas serão julgadas de acordo com os princípios da Lei 13.303/16 e os preceitos estabelecidos no presente ato convocatório, obedecidos os seguintes critérios:

- I. Não poderá ser considerada qualquer oferta de vantagem ou condição não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- II. Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, a cuja remuneração ele renuncie total ou parcialmente;
- III. Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, fica assegurado à Comissão Julgadora o direito de corrigi-los, procedendo a retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso. O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, não poderá alterar o conteúdo da proposta, e será o considerado para a classificação das propostas;

11.27 - Em nenhum caso, sob pena de responsabilidade, serão objeto de reformulação os critérios de julgamento previstos em Lei e neste ato convocatório.

11.28 - A licitante declarada vencedora deverá apresentar, em até 02 (dois) dias úteis após a homologação do certame, os arquivos das planilhas de orçamento com sua composição unitária, em mídia gravável / regravável, sendo 1 (um) em formato .pdf e outro em formato editável (.doc, .xls, .odt, etc.).

11.29 - Reserva-se, à Comissão permanente de licitação, o direito de promover e realizar tantas sessões quantas julgadas necessárias para a conclusão deste processo licitatório.

11.30 - Somente os membros da Comissão permanente de Licitação e os representantes credenciados dos licitantes terão direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos e firmar a Ata.

11.30 - Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de validade da proposta.

11.31 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no Art. 83, Lei Federal nº 10.303/16.

CNPJ: 08.498.701/0001-04

11.32 - A URBANA convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.

11.33 - É facultado à empresa pública ou à sociedade de economia mista, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

- a. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;
- b. Revogar a licitação.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo pregoeiro e efetivada, quando não houver recurso.

12.2 - A homologação será efetivada pelo Diretor Presidente da URBANA e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso hierárquico, pelo Diretor Presidente.

13. DO ELEMENTO DE DESPESA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto são classificados da seguinte forma:

- Fonte: 15200003
- Projeto de Atividade: 171015.512.0012.1-99
- Elemento de Despesa: 4.4.90.51

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 - A licitante vencedora, até o momento da assinatura do contrato, deverá prestar garantia para execução contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o total da contratação.

14.2 - O recolhimento da garantia deverá ser feito realizado mediante:

- I. Seguro-garantia; ou
- II. Fiança bancária.

14.3 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente.

15. DA EXECUÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇOS

15.1 - Caberá à URBANA, através da sua Diretoria de Planejamento e Gestão Ambiental, a emissão da Ordem de Serviços bem como o gerenciamento, a coordenação, supervisão e

fiscalização dos trabalhos objeto deste Edital e, ainda, fornecer à contratada, os dados e os elementos técnicos necessários à realização dos serviços licitados;

15.2 - Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderá ser feita pela CONTRATADA, podendo, entretanto, a URBANA determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que justificadas.

15.3 - As instalações fornecidas pela CONTRATADA deverão ser mantidas limpas e organizadas durante todo o período de execução da obra.

15.4 - Deverá a CONTRATADA, para execução dos serviços, atender às exigências técnicas complementares contidas na licença ambiental de operação.

16 - DA GESTÃO DO CONTRATO

16.1 - A Gestão de todo o procedimento de contratação, inclusive o acompanhamento ou execução administrativa do contrato, será feita por funcionário designado, pela Diretoria competente.

17. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 - A fiscalização de todas as fases da execução dos serviços será feita por funcionário da URBANA a ser designado pelo Diretor Presidente através de portaria.

17.2 - Nada impede que o Fiscal da execução dos serviços da contratação acumule as atribuições inerentes à função de Gestor do Contrato prevista no item X., devendo-se, para tanto, constar expressamente tal acumulação na nomeação indicada pela Diretoria responsável;

17.3 - Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE SERVIÇOS permanentemente disponível para lançamentos no local da recepção e destinação dos rejeitos, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda é de inteira responsabilidade da licitante, a qual deverá entregar, diariamente, cópia do Diário ao Fiscal da URBANA, responsável pela Fiscalização:

- I. As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da licitante contratada, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra, e, aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Responsável Técnico;
- II. Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a contratada deverá recorrer ao Diário de Obra, sempre que surgirem quaisquer improvisações, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais;

17.4 - Neste caso, também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

18. DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO

18.1 - O prazo de execução concedido para conclusão e entrega dos serviços será de 60 dias, prorrogável, uma vez, por igual período, contados da data de emissão da Ordem de Serviços, desde que haja justificativa aceita pela contratante.

18.2 - Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação ou antecipação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto neste edital, devendo a solicitação se dar previamente ao término do prazo previsto no item anterior, com justificativa por escrito e prévia autorização do Presidente da Contratante.

19. DO PAGAMENTO

19.1 - A URBANA pagará à CONTRATADA, através de depósito em contracorrente bancária, observada a ordem cronológica de apresentação das faturas aptas ao pagamento, o valor dos serviços executados, baseado **no cronograma fisco- financeiro – ANEXO II**, sendo que as faturas/notas fiscais deverão ser apresentadas com os documentos abaixo relacionados:

- I. Relatório de Medição emitido pela Fiscalização da contratante;
- II. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio da contratada;
- IV. Certidão de regularidade Estadual;
- V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- VI. Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (referente ao ISS) do(s) município(s) onde os serviços venham a ser prestados ou executados.
- VII. Cópia da matrícula – CEI – Cadastro Específico Individual – da obra junto ao INSS;
- VIII. Cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida e respectiva folha de pagamento, referentes ao período da medição;
- IX. Cópia do GFIP – Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, referente ao período da medição;

CNPJ: 08.498.701/0001-04

- X. Guia de recolhimento do ISS quitada relativa à fatura, devidamente homologada pela Secretaria de Finanças do(s) município(s) onde se realizará o serviço.
- XI. Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes aos serviços contratados.

19.2 - Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia após o atesto pelo GESTOR DO CONTRATO.

20. DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

20.1 - O valor do contrato será reajustado após 60 (sessenta) dias iniciais, caso sua vigência venha ser renovada.

20.2 – Para critério de reajuste de preços deverão ser observados os dispostos no Termo de Referência.

20.3 - É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do IPCA, após 12 (doze) meses da apresentação da última proposta comercial, no prazo de 60 dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

20.4 - O requerimento a que se refere o parágrafo anterior prescinde da indicação dos índices de variação do IPCA no período, tendo em vista o lapso temporal observado em sua divulgação.

20.5 - O preço eventualmente reajustado somente será praticado após a vigência do aditamento contratual e contemplará a variação do IPCA durante doze meses, a partir da data de apresentação da última proposta comercial.

20.6 - Os reajustes sucessivos terão por base o termo final do período contemplado pelo reajuste anterior.

20.7 - O Contratado só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.

20.8 - O reajuste terá efeito retroativo a assinatura do termo aditivo.

21. DO ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

21.1 - É possível a alteração do contrato nos termos do estabelecido no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da URBANA, observadas as disposições da Lei 13.303/16, em especial nos seguintes casos:

21.2 - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

21.3 - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 13.303/2016;

21.4 - quando conveniente a substituição da garantia de execução, se houver;

21.5 - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

21.6 - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;

21.7 - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou

Cia de Serviços Urbanos de Natal • Rua Dr. Mário Negócio, 2389 • Quintas • Natal/RN-CAS

CEP: 59.040-000 • Fone: (84) 3232-8769 • Fax: (84) 3232-8768

Email:urbana@natal.rn.gov.br Site <http://www.natal.rn.gov.br/urbana> twitter: @urbananatal

fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

21.8 - O contrato também poderá ser objeto de alteração, por acordo entre as partes, desde que observados os preceitos, nas condições e/ou hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da URBANA, por meio de Termo Aditivo, desde que durante o prazo de execução contratual.

21.9 - A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos, conforme disposto no art. 81, §1º da Lei nº 13.303/2016.

21.20 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

21.21 - A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

21.22 - Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a URBANA deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

21.23 - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

22. DO CONTRATO, DAS MULTAS E DAS SANÇÕES

22.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a URBANA aplicará à contratada, garantida a prévia defesa e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 13.303/2016.

22.2 - A empresa que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa e do contraditório, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em contrato e das demais cominações legais.

22.3 - Ao autor de ilícito administrativo, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, conforme previsto no Artº 83, Lei Federal 13.303/16.

22.4 - Se no decorrer da sessão pública da licitação do presente edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a licitante, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos Arts. 83 e 84, da Lei Federal nº 13.303/2016, poderá sofrer as seguintes penalidades:

- I. MULTA correspondente de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela licitante desistente, na hipótese de desistência injustificada do lance, após o encerramento da fase de lances, conforme previsto nos subitens 6.0 - X, deste edital;
- II. MULTA correspondente de 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a presente licitação, em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios;
- III. MULTA correspondente de 10% (dez por cento) do valor máximo estabelecido para a presente licitação, em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual;
- IV. MULTA correspondente a 10% (dez por cento) do valor máximo estabelecido para a presente licitação, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste instrumento convocatório;
- V. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela contratante, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.
- VI. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção VII (Das Sanções Administrativas) e Seção IX (Do Processo para Aplicação de Sanções) do RILC da URBANA.
- VII. As sanções administrativas que poderão ser aplicadas durante a execução do objeto do presente edital, estão estabelecidas na minuta do contrato e seus anexos.

22.5 - A prática de qualquer das infrações previstas no item anterior sujeitará o CONTRATADO à declaração de inidoneidade, ficando impedido de licitar e contratar com a administração municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,

que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

22.6 - Todas as penalidades previstas neste Edital e na legislação de regência serão aplicadas por meio de processo administrativo, sem prejuízo das demais sanções civis ou penais estabelecidas em lei.

22.7 - A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO da URBANA não exime o CONTRATADO da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

23. DA RESCISÃO

23.1 - As condições para rescisão contratual estão estabelecidas na minuta do contrato e seus anexos.

24. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

24.1 -O recebimento dos serviços será feito pela URBANA, ao término das obras, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

24.2 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita da contratada;

24.3 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

25. DAS OBRIGAÇÕES

25.1 - Além de outras responsabilidades definidas na Minuta Contratual, a contratada obriga-se:

25.2 A apresentar na assinatura do contrato documento comprobatório de regularidade relativa às contribuições sociais (INSS e FGTS), na forma da Lei 8.212 de 24.07.91, prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, além da cópia da proposta;

25.3 A apresentar a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado do origem;

25.4 A apresentar Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

- 25.5 A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso IX, Art. 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 25.6 A manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela URBANA, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato;
- 25.7 A regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-RN e/ou CAU; e outros órgãos, o contrato decorrente da presente licitação, conforme determina a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Resolução nº 425 de 18 de dezembro de 1998, do CONFEA;
- 25.8 A manter Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho de acordo com a legislação pertinente e aprovação da URBANA
- 25.9 A manter atualizados, para fiscalização da contratante, a qualquer época, o PCMSO, PPRA e PCMAT dos trabalhadores contratados para a execução das obras, conforme determinam as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-07, 09 e 18);
- 25.10 Manter engenheiro, responsável técnico, com a qualificação exigida na licitação, durante toda a execução do contrato.
- 25.11 Subcontratar a execução do serviço apenas nos termos da cláusula décima primeira do contrato.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1 - A impugnação perante a URBANA dos termos do Edital, quanto a possíveis falhas ou irregularidades que o viciarem, deverá se efetivar conforme previsto no art. 87, §§ 1º, da Lei Federal n.º 13.303/16, em até 5 dias úteis antes da abertura do presente certame.
- 26.2 - Os recursos administrativos serão admitidos na forma do artigo 59, da Lei Federal n.º 13.303/16.
- 26.3 - A URBANA se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que aos licitantes caiba qualquer direito à indenização ou ressarcimento.
- 26.4 - O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela URBANA.

CNPJ: 08.498.701/0001-04

26.5 - A contratada responderá civilmente durante 05 (cinco) anos, após o recebimento definitivo dos serviços, pela solidez e segurança da obra e dos materiais.

26.6 - Ocorrendo vícios ou defeitos deverá a URBANA dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do conhecimento destes, acionar a contratada sob pena de decair dos seus direitos.

26.7 - A contratada é responsável por qualquer dano ambiental que por ventura venha ocorrer em decorrência da execução da obra, respondendo pelos reparos ambientais e penalidades estipuladas em Lei.

26.8 - A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

26.9 - A URBANA, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

26.10 - A participação na Licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições do ato convocatório, com seus anexos e instruções.

26.11 - Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será disponibilizado aos interessados no endereço do rodapé abaixo ou via e-mail com solicitação realizada através do seguinte endereço eletrônico: cplurbana@gmail.com.

Natal, 31 de Abril de 2020

MARCOS ROGERIO B. DE A. SEGUNDO

Presidente da CPL